



BORGES, Maria; NAHRA, Cinara. *Body and Justice*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing; 2011. 163 pp.

Avelino Aldo de Lima Neto (UFRN)

O corpo é um tema persistente na história da filosofia. Desde a Antiguidade Clássica, vemos-lo ir e voltar, com mais ou menos intensidade, aos meios acadêmicos, e isto nos diversos campos da atividade filosófica. Apesar disso, ainda não conseguimos esgotar seus problemas – o que é um dado positivo, por manter sempre vivo o desejo do conhecimento que caracteriza a especulação filosófica. Entretanto, se fizermos uma breve digressão e situarmos-nos na modernidade, veremos que a célebre afirmação de Espinosa – “Ninguém sabe o que pode o corpo” (Spinoza, 1989, III-2, escólio) – incita-nos, em tempos e contextos diferentes, a transformá-la sempre em questionamento: o que pode o corpo? É exatamente esta questão, de natureza claramente ética, que se faz frequente no itinerário intelectual das autoras da obra aqui resenhada.

Body and Justice (Corpo e Justiça) é a mais recente produção acadêmica de Cinara Nahra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Maria Borges, da Universidade Federal de Santa Catarina. Elas são mulheres, brasileiras e filósofas cujas pesquisas se circunscrevem, significativamente, no pensamento moderno: é a partir destas posições que elas falam, não obstante, certamente, ocupem muitas outras. Estas posições-de-sujeito são marcadores hermenêuticos clarificadores de algumas características marcantes da obra: em primeiro lugar, o fato de tratar do corpo, principalmente o feminino, em suas diversas dimensões – sexo, desejo, beleza – fundamentando-se no arcabouço teórico de uma época cuja centralidade da preocupação filosófica localizava-se,

sobremaneira, na racionalidade; em segundo lugar, embora a obra tenha sido publicada em língua inglesa, pela Cambridge Scholars Publishing, são duas pesquisadoras brasileiras que o fazem, inserindo, por ricocheteio, no meio acadêmico nacional uma discussão pouco explorada na filosofia no Brasil: o uso do pensamento moderno para pensar as relações de gênero, usos do corpo e práticas sexuais. Trata-se, verdadeiramente, de uma inovadora obra de ética aplicada.

Inovadora porque tais discussões, salvo poucas exceções, parecem ter sido relegadas, em nosso contexto intelectual, à Antropologia, à Sociologia, à Psicologia e até mesmo à Educação, mas não à Filosofia. É uma constatação que causa estranheza, se pensarmos que os estudos sobre gênero e sexualidade, desde seus inícios, fundamentaram-se na filosofia. *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, foi uma das obras fundantes da produção teórica feminista; os estudos de Michel Foucault sobre a história da sexualidade e a produção das subjetividades modernas foram decisivos neste novo trabalho intelectual; Deleuze e Derrida também são usados por estas novas correntes teóricas como fontes de inspiração, a partir de conceitos como os de identidade e diferença; e, atualmente, os grandes nomes da Teoria *Queer*, como Judith Butler e Beatriz Preciado, são filósofas por formação, e baseiam muitas de suas produções no pensamento destes outros pensadores anteriormente citados.

No Brasil, entretanto, a produção filosófica neste âmbito ainda é incipiente, exceto pelos trabalhos de alguns poucos. Dentre estes, afiguram-se as autoras em questão que, já há algum tempo, assinalam seu itinerário acadêmico com tal foco; agora, coroando este empenho intelectual, com *Body and Justice*, Cinara Nahra e Maria Borges deixam seus nomes entre os pioneiros a fazer uma qualificada crítica filosófica de vários aspectos das questões morais concernentes ao corpo e ao sexo no Ocidente, não hesitando em dialogar pontualmente, quando necessário, com pesquisas e dados de outras áreas do conhecimento, principalmente das ciências humanas, fazendo aparecer um aspecto que um trabalho de filosofia prática deve ter: ressonância no cotidiano dos indivíduos, nas suas escolhas, anseios, práticas e desejos.

Para dar conta desta empreitada, o livro foi dividido em duas grandes partes: *Beleza, corpo e autonomia* e *Moralidade sexual e os limites do corpo*. A primeira é assinada por Maria Borges e contém seis capítulos; Cinara Nahra assina a segunda, com cinco capítulos. O fio condutor da obra é o problema estético-ético no que concerne ao corpo: enquanto a primeira parte analisa, de modo geral, os impactos dos padrões de beleza na constituição da mulher, a segunda perscruta, pormenorizadamente, dois usos do corpo: a prostituição e o sadomasoquismo. Esta última sem perder de vista o problema do gênero; a primeira, sem descuidar das implicações éticas da(s) ditadura(s) da beleza. Criou-se, destarte, uma linha de raciocínio que, embora abordando problemas diferentes, consegue-se manter, o tempo todo, acessível. Isto foi reforçado pelo fato de as autoras, ao escreverem, terem tomado a precaução de expor os conceitos e explicá-los com exemplos do cotidiano, viabilizando uma leitura mais fluída e clara, embora nos deparemos, em alguns momentos, com a densidade própria da filosofia – mais ainda da filosofia kantiana.

Na primeira parte, intitulada *Corpo, beleza e autonomia*, Maria Borges faz um instigante panorama geral das interfaces destas categorias no Ocidente. Ela mostra, desde o primeiro capítulo, que é o arcabouço conceitual kantiano que conduzirá sua reflexão. Aí, apresenta a posição de Immanuel Kant acerca dos gêneros: ao homem correspondem os esforços científicos, que é pesado e árido. Kant chama tal disposição de *sublime*. Já a mulher vincula-se à sensibilidade, ao agrado, à delicadeza, que correspondem ao *belo*. Ambos se complementam e devem continuar a funcionar harmonicamente em seus devidos portadores, para que os relacionamentos sociais e afetivos ocorram de acordo com seus fins: o desenvolvimento moral do gênero humano e a união procriativa.

Recorrendo a vários dados empíricos obtidos em pesquisas sobre o comportamento sexual e padrões corporais, a autora traz as ideias kantianas para a atualidade: ainda hoje, com bastante frequência, nas relações heterossexuais o critério masculino de escolha é a atratividade física – e não a inteligência – enquanto que, para as mulheres, o que conta é o status socioeconômico dos pretendentes, categoria que representa o poder e o conhecimento

masculinos. A partir de uma ótica evolucionista, apresentada no segundo capítulo – contrapondo-se à maioria dos estudos feministas, centrados no gênero enquanto fabricação cultural – esta tese ainda se confirmaria: homens sentem-se atraídos por mulheres bonitas pelo fato de este atributo relacionar-se à juventude, e esta, por sua vez, garantir a possibilidade de uma prole saudável; mulheres procuram homens de bom status socioeconômico porque estes serão bons provedores para a prole. E mesmo no mundo hodierno, no qual já se dissociou sexo de procriação, nossos corpos ainda continuam a responder como antigamente: beleza é juventude porque esta é possibilidade de procriação. Hipótese determinista endossada pela intensa dietética corpórea à qual se submetem as mulheres para parecer sempre mais jovens e bonitas: cirurgias plásticas, academia, cremes, maquiagem...

Ainda neste capítulo, Maria Borges expõe a variedade dos ideais de beleza em alguns grupos culturais e salienta que, mesmo sendo diversos, é sempre problemático para a mulher transformar o seu corpo de acordo com tais ideais, pois, não raro, eles provocam sofrimento. É certo, porém, que toda padronização do corpo está atrelada a valores produzidos nos momentos históricos de cada grupo social. A famosa boneca Barbie, por exemplo, inicialmente ligada ao frágil e delicado estilo de vida feminino no pós-guerra, recebe, depois das críticas do feminismo ao sexismo, em meados dos anos 70, a roupagem das profissões e um corpo esbelto, rígido e não-materno, representando a mulher da sociedade capitalista, que compete com o homem no mercado de trabalho. Mesmo assim, o sofrimento da adequação corporal não é somente psíquico, conforme demonstram os dados apresentados no terceiro capítulo. Aí, em contraposição às famigeradas mutilações genitais em determinadas culturas islâmicas, a autora apresenta a cirurgia plástica no Ocidente como uma espécie de mutilação e submissão a um padrão cultural, não muito diferente daquele muçulmano. Ressalta, assim, que o problema não reside em transformar o corpo – fato que pode ser vislumbrado como um exercício de autonomia – mas fazê-lo por constrangimento social.

A autora analisa práticas análogas no quarto capítulo. As imposições religiosas do mundo islâmico em relação às vestes femininas são vistas como opressão por feministas ocidentais. Este

controle sobre as indumentárias da mulher é inexistente ou pouco visível no cristianismo ocidental, dada sua influência reduzida em comparação ao Islã, embora também, assim como outros os dois grandes monoteísmos, tenha se ligado à demonização do corpo, particularmente do da mulher, pela qual veio o pecado e, após esse, a consciência da nudez. Esta nudez, em expressões artísticas como a dança, mostra que, embora não sejamos só corpo, ele, certamente, é a alegoria física do que há de mais humano em nós. Ele, ademais, continua sendo preponderantemente o objeto erótico de desejo masculino, em detrimento do interior feminino, fato que fere a alma feminina, desejosa de ser amada por este seu atributo, conforme demonstra Maria Borges no quinto capítulo. Os modos de vislumbrar o amor e até mesmo o sexo, segundo a autora, continuam dicotômicos entre os gêneros, e a única mulher que consegue livrar-se desse histórico dualismo entre carne e espírito é a prostituta, que aceita ter somente seu corpo como interesse do homem, e nada mais.

No capítulo seguinte, numa inflexão histórico-filosófica, surge a análise da subjetividade de uma mulher da Antiguidade, Antígona, sob a ótica hegeliana. A personagem de Sófocles tornou-se ícone da transgressão à lei da polis, por utilizar outro princípio que não aquele dominante no mundo grego – o da justiça. Lá, a lei da cidade e o julgamento moral se identificavam: era-se ético quando se era um bom cidadão. A ideia de consciência moral, nascida com o cristianismo, inexistia – embora Antígona, bem como Sócrates, a tenha exposto com sua vida. As suas ações deveriam estar vinculadas, lá, às leis da cidade, e não da própria particularidade. Esta capacidade de julgar o que é bom, justo e correto, por si só, é viabilizada tão somente pelo nascimento do Estado moderno, que confere autonomia aos cidadãos.

E é com o retorno explícito à modernidade, através da discussão kantiana acerca da autonomia, no último capítulo da primeira parte, que nossa autora encerra seu raciocínio. Nele, criticando o rótulo de sexista tradicionalmente atribuído a Kant, ela demonstra que o professor de Königsberg reconhece a importância do feminino para a moralidade na sociedade: sua polidez controla a rudeza masculina; sua paciência domina o homem sem precisar da força da qual este costuma lançar mão; sua sensibilidade e astúcia

ajudam-na a conseguir seus objetivos usando meios apropriados, e isto também ocorre graças ao seu autocontrole no que concerne às paixões e emoções, facilitando a efetivação da razão pura prática.

Muito embora não apareça no texto uma crítica a estes visíveis estereótipos de gênero frequentes nos textos de Kant utilizados pela autora – as *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* e a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* –, o tratamento dado ao problema cumpre o objetivo ao qual ela se propõe: mostrar que o exercício da autonomia da mulher concretiza-se através da moralidade bela. Porém, reconhece a autora, como tais características supracitadas relacionam-se aos sentimentos e emoções, são admissíveis à vida moral somente enquanto incentivos à prática do dever, dado que somente agir pelo motivo deste último é que faz de uma ação verdadeiramente moral. Mesmo assim, por ser possuidora de tantos atributos que lhe possibilitam a prática do dever, é perfeitamente possível à mulher ser moral, embora Kant apresente esta possibilidade de modo sutil, associando-a ao atributo da beleza, como Maria Borges conseguiu bem fazer vir à tona.

Na segunda parte, intitulada *Moral sexual e os limites do corpo*, o tema da autonomia será tratado ainda com Kant, mas ganhando o aporte teórico com o utilitarismo de John Stuart Mill. Cinara Nahra, ao escrevê-la, tomou o cuidado de esclarecer, previamente, os dois usos do corpo que analisou: a prostituição e o sadomasoquismo. No oitavo capítulo, a prostituição é apresentada como uma atividade na qual alguém proporciona sexo para outrem em troca de dinheiro ou de bens. Afirmando sua imoralidade, as vozes conservadoras fazem quatro acusações: a primeira centra-se na constatação moralista que a prostituição desvincula o sexo da reprodução, à qual este estaria indissociavelmente unido; a segunda liga-se à possibilidade de as prostitutas serem violentadas física e mentalmente, bem como poderem contrair doenças; a terceira afirma que o sexo não pode ser considerado uma mercadoria e a quarta diz respeito à acusação de que a prostituição degrada a mulher.

Ao longo do capítulo, a autora analisa e critica tais argumentos. Em primeiro lugar, afirma que o princípio moral que legitima tal prática é o da consensualidade: o que é igualmente

consentido entre duas pessoas adultas é permitido, o que faz com que a prática não seja degradante para nenhum dos envolvidos. Entretanto, as críticas feministas, que classificam a relação de prostituição entre um homem e uma mulher como mais um exercício do patriarcado capitalista, afirmam que tal prática acaba por produzir mais desigualdades de gênero. Isto porque mesmo nas sociedades atuais há desigualdades entre homens e mulheres, não sendo o consentimento feito de modo equânime, fato que endossa a dominação masculina. Cinara Nahra, contudo, afirma que a tentativa de sair deste problema – estabelecer relações de prostituição igualitárias – aumentaria ainda mais as desigualdades de gênero neste âmbito, visto que a prostituta só poderia oferecer seus serviços a outra mulher (uma igual), enquanto os homens prostitutas poderiam fazê-lo para ambos os sexos.

Nossa autora analisa uma outra tentativa de destituir a prostituição de moralidade: aquela que afirma não ser a atividade sexual uma mercadoria, o que, portanto, a impede de ser tratada como tal, isto é, cobrar-lhe um preço. Ora, se compararmos a prostituição com outras profissões, não se verá muita diferença: oferece-se um serviço pelo qual se cobra. A única diferença é que, no caso em xeque, este serviço é sexual. Todas elas têm em comum, todavia, uma relação particular entre a profissão e a atividade que lhe representa, marcada pelo pagamento por parte de quem contrata. Mas há os que ainda insistem em defender essa tese da assimetria – o mercado do sexo e da reprodução é diferente dos outros mercados laborais –, asseverando que algumas atividades podem ser comercializadas, e outras não, sendo o sexo parte destas últimas. A autora destaca que o que sustenta tal posicionamento é o fato de haver algo de essencial ao sexo que restringe a agregação financeira ao seu uso: a autonomia, posto que a prostituta aliena um bem intrínseco à sua pessoa e se sujeita aos comandos de quem lhe paga. Criticando esta visão, Cinara Nahra sustenta que, aí, ainda reside a ideia de que o propósito da relação sexual não pode ser dar prazer somente a uma das partes (a quem paga), minando a reciprocidade. O sexo, nesta concepção, deveria ser uma troca gratuita. Entretanto, a autora sublinha que mesmo nas ocasiões onde o sexo é gratuito pode haver cinismo e dissimulação, e não

sinceridade, enquanto no sexo como mercadoria há sempre clareza sobre o que acontecerá: um paga e outro oferece prazer.

Há quem, por fim, ainda considere que há um vínculo indissociável entre sexo e sentimento, particularmente o amor, criticando a prostituição por ela violar tal uma suposta realidade psicológica humana, a que afirma ser a intimidade do ato sexual ser ligada à cumplicidade dos sentimentos. Nossa autora ressalta que prazer e amor podem estar desconectados, pois não há moralidade intrínseca ao sexo, posto que ele não é, em si mesmo, uma categoria moral. Em relação a ele, deveríamos usar as mesmas regras morais que pomos em prática nas outras relações e, já que, na prostituição, ele entra no comércio, a ética deste valeria igualmente para a atividade sexual remunerada. Aí, é o princípio do consentimento que serviria como principal parâmetro moral, diante destas posições morais conflituosas acerca da prostituição. Neste conflito moral, frequentemente, as trabalhadoras do sexo terminam por ser expostas à estigmatização social, que lhes desumaniza, inferioriza e humilha, alcançando, não raro, a agressão. Embora os argumentos pró e contra a prostituição sejam questionáveis – apesar da maior plausibilidade racional nos pró –, a estigmatização é concreta, fato que demanda intervenção política urgente.

No capítulo seguinte, a autora apresenta o sadomasoquismo (SM), deixando claro que tanto o sadismo quanto o masoquismo não são exclusivos do comportamento sexual. Atribui-se, por exemplo, o sadismo às pessoas que se satisfazem com a prática da crueldade. Já o SM, por sua vez, está diretamente ligado à busca do prazer sexual através da doação e/ou da recepção da dor física ou psíquica. Isto significa que, aí, o indivíduo se satisfaz com beliscões, tapas e mordidas, bem como com situações provocadoras de sentimentos de desamparo, subserviência e humilhação. Todavia, não é a dor, a dominação de per si, o elemento definidor do SM, mas a sua associação a um cenário causador de estímulo ao prazer físico e emocional. Deste modo, basicamente, no ocidente, ele se caracteriza por seu aspecto erótico – pois tem em vista o prazer –, recreativo – visto que se assemelha a um cenário teatral ou jogo, à medida que se relaciona com regras anteriormente estipuladas – e, como consequência desta última característica, é consensual, já que

é assumido livremente, o que o separa radicalmente das práticas de violência sexual, como o estupro.

Nos capítulos 10 e 11, a autora apresenta, respectivamente, as visões de Kant e Mill sobre a prostituição e o sadomasoquismo. O primeiro filósofo, baseando-se na segunda formulação do imperativo categórico – a fórmula da humanidade – condena veementemente a prostituição, posto que se trata de um uso de outra pessoa como mero meio para a obtenção de prazer, o que degrada a humanidade de alguém, já que esta deveria ser sempre tratada como um fim, dada sua natureza racional. Quanto ao SM, não há tratamento específico em Kant. Pode-se, porém, inferir sua desaprovação ainda com base na fórmula da humanidade, quando aplicada às práticas do servilismo e da mutilação, ambas condenadas por degradarem a humanidade dos envolvidos, à medida que os tornam instrumentos para a consecução de um fim, como na prostituição. Cinara Nahra critica tais posicionamentos, pontuando, acertadamente, algumas fragilidades da filosofia moral kantiana: a afirmação de que o desejo sexual é degradante em si mesmo e a postulação de um conceito de liberdade que falha em reconhecer a autonomia de certos usos do corpo. A autora é cônica, porém, de que as condenações kantianas são perfeitamente enquadráveis no seu sistema de pensamento, sendo necessário, destarte, abandoná-lo para poder defender os usos dos prazeres em questão.

Quando é trazido à baila o utilitarismo de Mill, novas perspectivas se abrem. À medida que a sexualidade é considerada algo do âmbito privado, a autora, interpretando Mill, afirma que, em suas formas adulta e consensual, há pleno direito sobre o que fazer e como conduzir-se na busca do prazer, já que não há interferência na liberdade alheia. A prostituição, deste modo, poderia ser justificada – a despeito de, pessoalmente, o filósofo inglês não concordar com ela. Quanto ao SM, Cinara Nahra assinala que há algo de enigmático na utilização do pensamento de Mill: já que as práticas sadomasoquistas são consensuais e pertencentes ao âmbito das ações relacionadas a si mesmo, não deveriam ser objeto de intervenção moral ou legal. Isto é simples de se aplicar ao SM leve. Porém, como a ética de Mill se portaria diante de práticas que causam graves danos, como mutilação ou mesmo assassinato

consensual? O filósofo não chegou a conjecturar tais situações, e a aplicação do seu princípio, certamente, permitiria considerar – a contragosto, ressalta a autora – que elas seriam permissíveis. Desse modo, restar-nos-ia o mesmo que ocorreu com Kant: ir além dele e procurar complementar o seu pensamento.

Será a partir de uma audaciosa combinação entre ambos os pensadores que a autora sugerirá uma solução para este problema, empreitada feita no último capítulo do livro. A via através da qual se tenta viabilizar a consecução deste objetivo consiste numa fusão entre formalismo kantiano e o conteúdo utilitarista, o que se materializa por meio do aporte entre as formulações do imperativo categórico (em Kant) e os princípios da utilidade e da liberdade (em Mill). Assim, a universalidade – ponto de união entre ambas as filosofias –, poderia ser preservada, garantindo um fundamento seguro para a efetivação da moralidade.

A autora, porém, também aponta os desafios de uma fusão como esta: o risco de mutilar tanto um quanto outro pensamento, pois seria necessário relativizar a teleologia kantiana e a importância do princípio da utilidade em Mill. O que ela sugere é uma fusão que aceita o utilitarismo, mediando-o por uma revisada teleologia kantiana – o que produzirá menos deveres para consigo mesmo (em relação aos de Kant), justificando-os de modo utilitário. Assim, poder-se-á defender apropriadamente o princípio proposto pela autora no início da segunda parte do livro: que o uso consentido e adulto da sexualidade, especialmente nos casos da prostituição e do sadomasoquismo, são moralmente aceitáveis. Deste modo, o Estado não teria o direito de criminalizar tais práticas; pelo contrário, no que concerne à esfera privada, deveria proteger tais cidadãos da discriminação e preconceito oriundos de um moralismo institucionalizado.

A autora assevera ser esta uma via privilegiada de defesa de uma moralidade para o terceiro milênio. De fato, sua proposta possibilita livrar o exercício da sexualidade das amarras deterministas e biologizantes que, não obstante tenham sido superadas pelas tecnologias de reprodução, são frequentemente retomadas por discursos que intentam corroborar a ordem sexual supostamente natural. Esta ordem é a mesma que continua, mais ou menos explicitamente, a hierarquizar os sujeitos de acordo com seus

usos do prazer, pondo no topo da pirâmide erótica os heterossexuais monogâmicos e casados. Logo após, vêm os heterossexuais não-casados, mas que vivem maritalmente, seguidos de todos os outros heterossexuais e, mais abaixo, de casais homossexuais estáveis. Quase na base da pirâmide, estão os sujeitos cujas práticas sexuais são as mais nauseantes, como transexuais, transgêneros, travestis, profissionais da indústria pornográfica, prostitutas e sadomasoquistas (Rubin, 1993). Sobre todos estes, lança-se um anátema moral cujas consequências sociopolíticas são, regularmente, conectadas à violência física, simbólica e institucional, atingindo, inclusive, o campo dos direitos, como bem salientou Cinara Nahra.

De modo claro, acessível e bem fundamentado num domínio das filosofias de Kant e Mill, ao longo de toda a obra, os esforços das autoras de apresentar uma via de efetivo exercício de autonomia ao indivíduo – particularmente à mulher, no uso do seu corpo, na constituição de si mesma –, inventando caminhos de escape que driblam as normas de gênero e os moralismos hegemônicos obtiveram êxito, fazendo o leitor compreender as fraquezas de tais instâncias ao problematizar os limites do corpo com base numa proposta moral que valoriza o universal, mas não despreza o particular; que estabelece parâmetros objetivos, mas que não destrói, com estes, as subjetividades. *Body and Justice*, deste modo, emerge como uma inovadora obra de reflexão ético-moral, trazendo apropriadamente para a discussão filosófica – com suas categorias mais densas, mas de modo compreensível e claro – os problemas vivenciados por significativa parcela da população: mulheres, prostitutas, indivíduos de usos dissidentes do desejo. Assim, pode-se colocar a vida à luz da filosofia, e esta à luz daquela. Ultrapassando todo engessamento do belo e do prazer, a obra permite-nos pensar o engendrar de uma *estética da existência*, ou mesmo de *estéticas* – como diria Foucault – talhada nos corpos e nos seus prazeres, vividos de modo absolutamente ético. Trata-se, de fato, de uma excelente contribuição para o campo dos estudos em gênero e sexualidade, crescente no Brasil, mas que ainda esperava algo da Filosofia aqui produzida. Para enriquecer e expandir tal cooperação advinda da Filosofia, esperemos que a obra também seja, em breve, publicada por uma editora brasileira,

traduzida e divulgada nos meios acadêmicos voltados para o referido campo de estudos.

Referências

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michele Aina; HALPERIN, David (orgs.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York: Routledge, 1993.

SPINOSA, Benedictus de. *Ética*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.